

O erro do Manifesto para a recuperação do crescimento e estabilização económica pós-Covid19

Um conjunto de personalidades (44), líderes de opinião reconhecidos, subscreveram recentemente um Manifesto (Tertúlia Energética) em que questionam a oportunidade da EN-H2 (Estratégia Nacional para o Hidrogénio) proposta pelo Governo, e cuja audição pública terminou muito recentemente.

Respeitamos o passado e experiência profissional dos subscritores do documento, pelo que as suas opiniões e posições merecem-nos toda a consideração, mas delas discordamos justificada e frontalmente.

O Manifesto não apresenta qualquer solução de como combater a poluição nas cidades, a descarbonização da economia, ou ainda sobre a contribuição de Portugal para o combate às alterações climáticas. A solução implícita parece ser mantermo-nos a utilizar os combustíveis fósseis e deixar o tempo passar em inacção perante os problemas sociais. A análise muito superficial e sem qualquer quantificação do Manifesto transporta apenas desconfiança, sem análise dos benefícios no desenvolvimento industrial, sem referência à criação de emprego qualificado, ou ainda à criação de riqueza e potencial exportador.

A análise simplista da estratégia não detecta a visão de longo prazo que é necessária para a transição energética, nem apresenta soluções com igual horizonte. Também não apresenta qualquer dinâmica e estratégia para o tal “investimento produtivo” gerador de riqueza. Se a economia do hidrogénio necessita de ajuda ao seu arranque, não podemos ignorar que este é um investimento produtivo, capaz enquanto vector energético, de permitir usar ainda melhor os nossos recursos naturais de excelência.

Uma Estratégia Nacional para o Hidrogénio permitirá estimular o desenvolvimento do conhecimento industrial através das interfaces de transferência de tecnologia, a especialização das instituições de I&D, dos laboratórios do Estado, dos laboratórios associados, dos laboratórios colaborativos e de outras configurações institucionais, considerando a sua integração no sistema nacional de ciência e tecnologia.

Não defendemos e promovemos o Hidrogénio de per si. Em causa está a descarbonização da economia e o cumprimento do Acordo de Paris, relativamente às metas climáticas a atingir em 2050. Este é o legado sobre o qual seremos julgados pela história. A substituição das energias fósseis por energias não poluentes é para nós um imperativo, pelo que discordamos total e radicalmente da posição defendida pelo ponto 14 do Manifesto, que citamos:

“Não tem, pois, fundamento colocar no topo da agenda para o nosso bem-estar, ou para “salvar o clima do planeta”, o objectivo de redução drástica do carbono: uma redução em 50% das nossas emissões apenas reduz as emissões globais em 0,075%, com um elevado custo para o país, seguindo as políticas climático-ambientais propostas”.

Não é eticamente sustentável que Portugal, numa atitude egocêntrica, se auto marginalize de participar num esforço colectivo (assumido globalmente pela UE) de se atingir a neutralidade carbónica em 2050. A Comunidade Europeia não entenderia, e os apoios financeiros previstos (e que o documento tanto encomia enquanto tábua salvadora e alavancadora da recuperação económica no pós-Covid-19) seriam drasticamente reduzidos. Estaríamos a dar um “tiro nos nossos próprios pés”.

Não sabemos como o objectivo da Neutralidade Carbónica pode ser atingido sem a descarbonização da economia e da sociedade em geral, isto é, sem recurso intensivo às

energias renováveis não poluentes, alternativas energéticas já hoje técnica e economicamente viáveis às fontes fósseis de energia. O Hidrogénio tem neste novo paradigma a sua justificação.

Não sendo uma forma primária de energia, vai contribuir para resolver as limitações decorrentes da sazonalidade, intermitência e aleatoriedade próprias das principais fontes renováveis, cujas tecnologias têm já hoje elevado grau de maturidade (eólica e solar). O Hidrogénio confere à rede eléctrica a resiliência necessária, permitindo que as energias renováveis passem a ser consideradas como energias despacháveis. Permite aplicações industriais de neutralidade carbónica e constitui uma solução para a mobilidade eléctrica, como alternativa às baterias nos transportes pesados, passageiros e carga e nos veículos ligeiros em aplicações não urbanas. Numa fase de transição vai viabilizar a produção de hidrocarbonetos sintéticos renováveis, combustível para a aviação e para manter em uso o actual parque de motores térmicos, que irá perdurar, ainda, por várias dezenas de anos.

A análise na especialidade do documento suscita-nos muitas discordâncias. São várias as lacunas de análise, as imprecisões, as afirmações não devidamente sustentadas sobre o actual estado da arte e sobre as projecções económicas que à data de hoje poderemos fazer. Devemos dizer que em vários aspectos a ignorância sobre as tecnologias e a economia do Hidrogénio é patente no texto apresentado. Dispensamo-nos de uma análise detalhada, que consideramos desnecessária para o debate de fundo.

A questão base é o ponto de partida citado, e é nesse que temos uma discordância radical face ao Manifesto. Enquanto sociedade temos de decidir qual o custo, se necessário, que estamos disponíveis para suportar para que o objectivo da descarbonização seja atingido. Dizer que é 0,00€ é uma falácia e será uma afirmação puramente demagógica, não sustentável pela prática actual. Basta ver como nos últimos anos tem evoluído o valor dos créditos de carbono, e o seu impacto na economia das empresas.

Para a AP2H2, a EN-H2 apresentada pelo Governo, no nosso entendimento, fica aquém da ambição que se justifica já hoje. Essa nossa apreciação está sustentada na contribuição que em devido tempo apresentámos no quadro da audição pública. A divergência, porém, com o Manifesto é total, sem prejuízo de valorizarmos devidamente os objectivos de uma política económica tal como enunciados no seu ponto 8, relativamente à abrangência das novas políticas económicas que são imperativas, mas, de que a energia e o novo paradigma energético terão de ser partes integrantes.

Concluindo, o Manifesto não apresenta qualquer solução, ou melhor, transporta uma solução implícita de mantermos a utilização dos combustíveis fósseis. É uma análise superficial, social e politicamente irresponsável, não quantificada, e sem dinâmica nem estratégia para o tal “investimento produtivo” gerador de riqueza.

Ao invés, o H2 pode ser de facto um investimento produtivo, exportador de bens e serviços, criador de emprego qualificado, utilizador dos nossos recursos naturais de excelência. É, por isso, que temos de o valorizar e promover.

A Direcção da AP2H2

Caldas da Rainha, 12 de Julho de 2020